



ACÓRDÃO Nº685/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11048/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Maria das Graças Costa Alecrim (Presidente) e Deuza Maria Nogueira Rosário (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Yuri Dantas Barroso – OAB/AM 4.237, Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes – OAB/AM 4.976, Alexandre Pena de Carvalho – OAB/AM 4.208, Giordano Bruno Costa da Cruz – OAB/AM A-761, Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM A-666, Clotilde Miranda Monteiro de Castro – OAB/AM 8.888, Sérgio Roberto Bulcão Bringel Junior – OAB/AM 14.182, Carlos Edgar Tavares de Oliveira – OAB/AM 5.910, Brenda de Jesus Montenegro – OAB/AM 12.868.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA1
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5864/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado - FMT/HVD**, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade da **Sra. Maria das Graças Costa Alecrim**, Diretora Presidente e da **Sra. Deuza Maria Nogueira Rosário**, Ordenadora de Despesas, nos termos do inciso II do §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal;
- 10.2. **Determinar, sob pena de multa e considerar as contas irregulares no caso de reincidência** conforme art. 54, inciso IV, alínea “b” c/c art. 22, §1º da LOTCE/AM, à atual direção da **Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado - FMT/HVD**, para:



ACÓRDÃO Nº685/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.1.** Criar mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a FMT/HVD e o Fundo Estadual de Saúde do Amazonas-FES/AM, com o intuito de melhorar a integração entre planejamento e orçamento, nos critérios da Lei de Licitações e Contratos rebatendo a alternativa da contratação direta e a burla do procedimento licitatório, sob pena de aplicação de novas sanções;
- 10.2.2.** Providenciar ações junto ao órgão competente para a realização de Concurso Público para a Unidade Gestora, após levantamento preliminar da necessidade de pessoal da FMT;
- 10.2.3.** O encaminhamento do Inventário dos Bens Patrimoniais atualizados exigidos nos termos do **art. 96, da Lei Federal nº 4.320/64;**
- 10.2.4.** Esclarecer nas próximas demonstrações contábeis, em Notas Explicativas, o balanço deficitário da Fundação, nos termos da NBC TSP 11 e seguintes;
- 10.2.5.** **Apresentar informações fidedignas** das Demonstrações Contábeis, do Ativo Imobilizado e Inventário de Bens Patrimoniais, com lastro comprobatório de seus saldos, atendendo as normas **3.10 e 3.12 do NBC TSP 00;**
- 10.2.6.** **Observe e regularize** as pendências de créditos a maior de R\$404.992,16 (Quatrocentos e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Dezesseis Centavos), que ocasionaram registros contábeis indevidos, contrariando regras constantes em norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público;
- 10.2.7.** **Cumpra** a determinação contida Lei Federal nº 8.666/93, seu artigo 38, parágrafo único;
- 10.2.8.** **Observe** rigorosamente as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, coibindo o uso irregular da dispensa de licitação em aquisições de mesma natureza, cujo montante total ultrapasse o limite máximo vigente, tendo em vista o disposto nos art. 23, § 2º, c/c o art. 24, II, da referida Lei”);
- 10.2.9.** **Evite** realização de despesa sem Licitação, sem cobertura contratual e sem prévio empenho (arts. 2º, 54 e 60 da Lei Federal n.º 8.666/93);
- 10.2.10.** **Evite** pagamento sem prévio empenho (art. 60 da Lei Federal n.º 4.320/64).
- 10.3.** **Determinar** por meio da Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 9º c/c art. 35 da LOTCE/AM c/c a disposição da Seção III, da Tomada de Contas Especial, art.(s) 195 seguintes do RITCE/AM, a



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº685/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

verificação/situação referente à aquisição, às condições de armazenamento, ao estoque, à utilização e à validade dos medicamentos, bem como apuração/quantificação do dano causado pelo descarte de medicamentos, referente à extrema defasagem de materiais (item “b”) do Relatório/Voto, fixando **o prazo de 30 (trinta) dias** para a instauração e cumprimento desta determinação, por meio da TCE (Tomada de Contas Especial), conforme o art. 9º, §1º da LOTCE/AM;

10.4. Dar ciência imediata com a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas e à Procuradoria Geral do Estado, para a adoção das medidas cabíveis;

10.5. Notificar as senhoras **Maria das Graças Costa Alecrim e Deuza Maria Nogueira Rosário**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem ciência da decisão.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Julho de 2020.

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral